



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ORAL

Noticiou-se recentemente: “Há dias, o tribunal divulgou um processo ligado a uma infiltração de água. Em 2008, o proprietário de uma habitação detectou uma infiltração de água no tecto da sua casa de banho, por isso, contratou operários de remodelação e pediu também ajuda para inspecção junto do Instituto de Habitação (IH) e da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT). Detectou-se que a referida infiltração se devia a danos na conduta de abastecimento de água da fracção do andar de cima, mas o proprietário desta recusou efectuar a reparação, então, o proprietário afectado não teve outra alternativa a não ser efectuar a reparação por sua conta. Em 2012, o mesmo intentou uma acção no Tribunal Judicial de Base mas saiu vencido. Felizmente, saiu vencedor no recurso efectuado nesse ano. O Tribunal de Segunda Instância apontou que, evidentemente, se tinham verificado erros de julgamento por parte do tribunal *a quo*¹”. Segundo especialistas e académicos, foram necessários 7 anos para chegar ao fim do julgamento deste processo, sendo isto uma tortura para os proprietários envolvidos. Deste caso, sobressaem as questões da demora no tratamento da infiltração de água e da desactualização da lei, situação que perturba a população. Regista-se actualmente um crescente envelhecimento dos prédios em Macau. De acordo com os dados disponibilizados pelo Governo da RAEM: “A estatística sobre os prédios comerciais, habitacionais e industriais

¹ “Será que é necessário rezar pela sorte no caso de infiltrações de água?” *Macao Daily News*, 7 de Abril de 2015.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

construídos há 30 anos ou mais de 30 anos apresentou um crescimento anual, nomeadamente, 3 403 em 2008, 3 540 em 2009, 3 607 em 2010, 3 799 em 2011, 3 970 em 2012 e 4 085 em 2013.² É previsível um aumento do número de prédios com futuras infiltrações de água e, certamente, vai registar-se um aumento de casos análogos, o que preocupa muito os residentes. De que mentalidade inovadora e novas medidas dispõe o Governo para aceleração do tratamento destas infiltrações, com vista a ajudar os moradores a resolver esta questão que os perturba há muitos anos?

Tal como no referido caso, peritos e académicos questionam: será que um proprietário tem de andar às voltas com um processo pendente durante sete anos e acabar por perder a acção em 1.^a instância? Durante estes sete anos, as paredes e o chão da casa já cheiravam a mofo, afectando gravemente a saúde dos moradores e, assim, mesmo tendo habitação, o proprietário não podia voltar para casa, por isso, temos de acelerar a legislação sobre a matéria e a revisão das leis correspondentes. De entre peritos e académicos, há quem refira que, na prática, é possível aplicar-se um processo sumário, por exemplo: neste caso, se se encontrar o mesmo obstáculo e se o processo for sumário, será possível requerer ao tribunal um mandado de busca, com vista a entrar na casa para o respectivo exame. Se o proprietário não prestar a sua colaboração, o Governo poderá interditar a disposição da sua fracção. O processo sumário aqui em causa é diferente do processo sumário do Direito Processual Civil,

² “Estatística sobre os prédios comerciais, habitacionais e industriais construídos há 30 anos ou mais de 30 anos”, Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro,

http://www.dscc.gov.mo/CHT/knowledge/geo_statistic.html

IO-2015-05-06-Mak Soi Kun (P) mnc



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

pois aquele serve para resolver, em termos legislativos, o problema das infiltrações. Este meio pode servir para ultrapassar os obstáculos com que os serviços competentes se defrontam quando procedem à investigação de infiltrações e reduzir significativamente o tempo necessário para uma acção cível, libertando os residentes de preocupações e resolvendo os seus problemas.

Nestes termos, interpelo sobre o seguinte:

1. A população pediu-me para perguntar: o envelhecimento dos edifícios nos bairros comunitários tem-se agravado constantemente, portanto, as infiltrações de água nos edifícios vão aumentar, bem como os casos semelhantes ao referido, o que deixa a população bastante preocupada. O Governo deve adoptar novas ideias e medidas para acelerar o ritmo de tratamento dos casos de infiltração de água, apoiar os residentes na resolução deste problema que os preocupa já há vários anos e explicar tudo detalhadamente ao público. O Governo vai fazê-lo?

2. Segundo especialistas e académicos, devemos partilhar das preocupações dos cidadãos e perceber as suas exigências, avançando, quanto antes, com a produção e revisão legislativa, propondo, por exemplo, a aplicação do processo sumário na prática, quando houver impedimento de entrada nos domicílios para inspecção, como no caso referido, podendo recorrer-se ao processo sumário para o requerimento do mandado de busca



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

junto do tribunal e, se o proprietário continua a não cooperar, o Governo pode interditar a disposição da fracção em causa. Assim, poderá ultrapassar os obstáculos com que os serviços competentes se defrontam quando procedem à inspecção de infiltrações, reduzir o tempo necessário para os cidadãos intentarem uma acção civil e resolver, o mais rápido possível, as preocupações e os problemas dos residentes. Qual é a opinião do Governo sobre isto? Se não for possível implementar esta proposta, de que outros meios práticos dispõe o Governo para resolver as infiltrações de água?

6 de Maio de 2015.

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Mak Soi Kun